Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Fonte CB
Data 17/10/96 Pg 11
Class. Ava conceira
196

Juiz adia represamento do Tocantins

Fechamento das comportas de Serra da Mesa estava previsto para o início deste mês, mas a obra não tem nem autorização do Ibama

Roberto Naves
Da Meridional

A usina hidrelétrica Serra da Mesa, em Minaçu (GO), a 300km de Brasília, uma obra que começou há doze anos e está avaliada em R$ 1,3 bilhão, está barrada por tempo indeterminado na Justiça. Em decisão tomada na terça-feira à noite, o juiz federal Marcelo Dolzany da Costa, de Tocantins, confirmou liminar adiando o fechamento das comportas da barragem, o que estava marcado por Furnas Centrais Elétricas, operadora da usina, para o começo deste mês.

Essa decisão representa a vitória de um grupo de organizações não-governamentais e moradores da Chapada dos Veadeiros, parque nacional distante 30km do lago a ser formado com o represamento do rio Tocantins, no norte de Goiás. Inconformados, eles procuraram, em meados deste ano, os ministérios públicos federais em Goiás e Tocantins pedindo estudos de impacto ambiental do represamento do rio, que faz a fronteira entre Tocantins e Maranhão e depois corre no Pará.

O juiz federal de Tocantins, que em 28 de setembro concedeu liminar suspendendo o fechamento das comportas da usina, negou anteontem o pedido de Furnas de reconsideração. Ele aceitou a ação cautelar dos ministérios públicos de Tocantins e Goiás que reivindicavam uma série de estudos de impacto ambiental e até autorização do Congresso Nacional.

Para permitir que Furnas represe o rio Tocantins, o juiz, que na semana passada foi ao local da barragem para fazer uma "inspeção judicial", fez três exigências. Autorização do Congresso para o aproveitamento hídrico da reserva indígena dos avá-canoeiros (norma prevista pela Constituição, mas não cumprida por Furnas), licença para a obra por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pagamento de uma cautela de R$ 16 milhões referentes à "execução de projetos ambientais".

O consultor jurídico de Furnas, Francisco de Assis Mello e Silva, considera prejudicial qualquer atraso. "Se esse projeto se atrasar demais pode custar mais um ano para encher o lago", critica. O advogado conta prejuízos eventuais em US$ 200 milhões e risco para 5.500 empregos diretos.

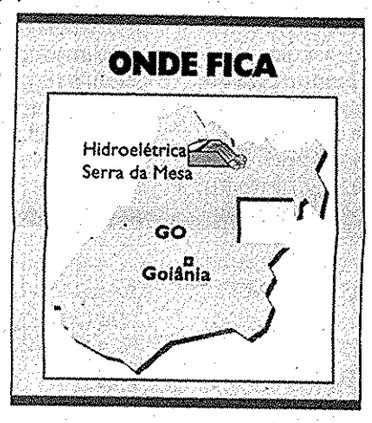
O juiz acredita que os próximos 45 dias — prazo previsto por técnicos de Furnas para formar o lago com segurança devido à previsão de chuva na região — seria tempo "mais do que suficiente" para cumprir as suas determinações.

Obra é ilegal até 1998

O fechamento das comportas da usina é uma operação polêmica. Completa, a potência da hidrelétrica será de 1.400 megawatts — cinco vezes mais que o consumo de Brasília. A formação do seu lago, de 1.784 quilômetros quadrados, entretanto, vai durar entre 15 e 18 meses. Nesse período, com o represamento das águas, os 43km seguintes do rio Tocantins (trecho conhecido como a jusante) vão ficar completamente secos. A população ribeirinha afetada nessa região é avaliada em 1.800 pessoas.

O procurador da República em Tocantins, Mário Lúcio de Avelar, pediu à Justiça Federal que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) fizesse um Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Essa medida, que pode levar até dois anos, é prevista pela legislação ambiental brasileira, mas não foi cumprida em Serra da Mesa.

"A legislação veio depois da licitação para construir a usina. Não somos contra esses estudos, mas a EIA deveria ter sido feita no princípio das obras. É como pedir um exame nupcial para uma gestante", argumenta o consultor jurídico de Furnas, Francisco de Assis Mello e Silva.



"Esse estudo (EIA) teria que ser feito antes da licença-prévia (autorização para a obra), que, aliás, é de 1995. Isso quer dizer que a obra de Furnas era ilegal até o ano passado", condena o procurador Avelar. "Queremos as garantias de que os impactos ambientais serão minorados", pede o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Saulo Feitosa.

O juiz federal em Tocantins, Marcelo Dolzany da Costa, aceitou parcialmente as reclamações. Ele determinou que o Ibama fizesse o licenciamento da obra, o que na prática significa novos estudos de impacto ambiental — não necessariamente um EIA, que inclui audiências públicas.

Entre os danos que o Ibama vai ter que estudar estão a eutrofização do lago — apodrecimento de material orgânico, como árvores não queimadas, sob as águas — e a migração de animais.

RISCO DE DOENÇAS

"A água parada nas poças d'água que vão se formar na jusante vai atrair mosquitos. Isso aumenta os riscos de malária, leishmaniose e febre amarela na região. Não foram feitos os estudos de impacto ambiental sobre isso", critica Peter Midkiff, que trabalha com extrativistas na chapada dos Veadeiros. "Quem vai fazer a fiscalização dos dez mil garimpeiros que vão ocupar o rio seco?", completa o artista plástico Paulo Garcia, 31 anos, dono de um estúdio na chapada.

Peter e Paulo foram duas das cinco pessoas que assinaram carta ao procurador da República em Tocantins em favor do adiamento da formação do lago da usina. Para evitar vários prejuízos apontados por eles com o fim temporário da jusante do Rio Tocantins, como falta de proteína básica (peixe), há a reivindicação de que o rio não seja totalmente represado.

Eles pedem uma vazão mínima do rio, de 74 centímetros cúbicos, o que poderia evitar a garimpagem na região. Se o atraso no fechamento das comportas continuar, os técnicos de furnas avaliam em mais um ano o tempo para encher o lago. Em sua decisão, o juiz federal de Tocantins, entretanto, sugeriu a análise de evitar a "vazão zero" com o uso de bombas provisórias.

"A empresa vai investir em programas ambientais R$ 87 milhões ao todo", destacou o consultor jurídico de Furnas. Assis admite, porém, a incapacidade da empresa em fiscalizar a atuação de garimpeiros, com uso de mercúrio e outros prejuízos ao meio-ambiente. "O juiz deveria pedir ajuda ao Exército", recomenda.

Antes de o Exército ser chamado, o que é cogitado pelo juiz federal, a Femago resolveu agir. A fundação divulgou portaria neste mês proibindo o garimpo no rio Tocantins. Com isso, lacrou na semana passada 60 dragas. (RN)

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Lago cobrirá área indígena

As águas do rio Tocantins iriam passar por cima da Constituição se as comportas de Serra da Mesa fossem fechadas no começo deste mês, como Furnas queria. Tudo por causa da inundação de 10% da reserva indígena de 38 mil hectares de pelo menos seis índios avá-canoeiros registrados no local. A exploração de recursos hídricos, como a instalação de uma hidrelétrica, em uma área indígena precisa de autorização do Congresso Nacional — inciso 16 do artigo 49 da Constituição de 1988.

Tal autorização parlamentar ainda não existe. Apenas na terça-feira — coincidentemente ou não mesmo dia em que o juiz federal Marcelo Dolzany da Costa, de Tocantins, julgava a ação cautelar sobre a hidrelétrica —, a exploração de parte da reserva por Furnas foi aprovada pelos deputados.

Com isso, ainda falta a aprovação do Senado. Quanto tempo vai levar para os senadores votarem essa autorização é um mistério. Pode acontecer em duas semanas, de acordo com a expectativa do consultor jurídico de Furnas, Francisco de Assis Mello e Silva. O juiz federal, porém, não arrisca prazo, mas lembra que o projeto ainda deve passar por novas comissões internas no Senado.

"Se em nome do mercado e da justificativa de gastos de R$ 1,3 bilhão joga-se às favas uma norma constitucional, não se tardará em fazer por um preço menor o aniquilamento de outras minorias e de outras garantias constitucionais", condena o juiz federal. Comemorada pelos ecologistas da região, a decisão de suspender as obras da hidrelétrica poderá, no entanto, ser revertida no futuro. (RN)